



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

DANIELLE VENTURA DE LIMA PINHEIRO

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE: DIFICULDADES E
POSSIBILIDADES**

MARI

2018

DANIELLE VENTURA DE LIMA PINHEIRO

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE: DIFICULDADES E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Pedagogia à Distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientador(a): Prof^a Ms. Márcia Paiva de Oliveira

**Mari,
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P654p Pinheiro, Danielle Ventura de Lima.
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE:
DIFICULDADES E POSSIBILIDADES / Danielle Ventura de
Lima Pinheiro. - João Pessoa, 2018.
34 f.

Orientação: Márcia Paiva de Oliveira.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Políticas para a diversidade. Inclusão. Minorias. I.
Oliveira, Márcia Paiva de. II. Título.

UFPB/BC

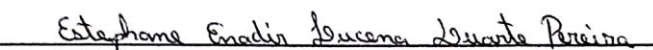
Danielle Ventura de Lima Pinheiro

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE:
dificuldades e possibilidades

Monografia apresentada a UFPB como
parte das exigências para a obtenção do
título de graduada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Márcia Paiva Oliveira


Prof. Ms. Estephane Enadir Lucena Duarte Pereira

Prof. Ms. Kalina de França Oliveira

À doce memória de Safira Bandeira, minha falecida avó, à valentia e ao respeito pelas diferenças do meu saudoso avô comunista e ex-combatente, Valdetrudez Ferreira de Lima (in memoriam) e ao amor com açúcar de Dona Esther, minha doce avó, que ainda está entre nós com seus noventa e três anos. Dedico!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Valmor e Laurandy, pelo carinho, incentivo e amor incondicional.

Ao meu marido, Gilmário Kassandro, que com paciência e amor me incentiva diariamente a ser uma pessoa melhor.

À minha sogra, minha “mamusca”, Girlene Xavier, pela força nos momentos mais difíceis.

À vó Leopoldina, pelos conselhos, carinho e paz que sempre transmite docilmente.

À minha orientadora, professora Márcia Paiva de Oliveira, mulher forte e cheia de luz que eu tive o prazer de conhecer.

À Tutora presencial Evandrileia Braz, pela disponibilidade e consideração de sempre.

Aos tutores a distância e professores do curso que com disponibilidade e alegria nos ensinam diariamente. Reconheço que o trabalho de vocês é árduo.

À professora Dr^a. Idelsuite, pelo rigor e profissionalismo acompanhando todos os alunos que estão concluindo esta etapa.

Ao grupo de pesquisa Fidelid (CNPQ/ UFPB), que tenho a satisfação de coordenar com o meu amigo Prof. Dr. Marinilson Barbosa da Silva.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências das Religiões, pelo companheirismo e respeito.

Aos professores, alunos e gestores da Escola Zulmira de Novais, onde fiz a maior parte dos meus estágios, acompanhada pela professora Josy Gabrielly, e onde atuo como professora efetiva de História.

A todos (as) que lutam pelo respeito a diversidade e pelas minorias, pois são inspiração na luta contra o discurso de ódio, o bullying e a discriminação.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“Amanhã, mesmo que uns não queiram, será de outros que esperam ver o dia raiar. Amanhã, ódios aplacados, temores abrandados...Será pleno, será pleno”

Guilherme Arantes

RESUMO

As Políticas Públicas para a diversidade são ações inclusivas em prol das minorias. É comum em trabalhos acadêmicos a escolha por um grupo social tido como excluído para ser analisado de forma pormenorizada. Pensando nisso, catalogou-se algumas dissertações defendidas na linha de pesquisa Políticas Educacionais, do PPGE/UFPB, que se voltam para a implementação de tais ações. Foram alvo de análise os seguintes grupos minoritários: pessoas com deficiência, pobres, negros, indígenas e homossexuais. Analisou-se em cada uma delas os principais entraves e as possibilidades para que, de fato, exista uma execução de ações efetivas para tais grupos. As políticas públicas para a diversidade foram aqui analisadas em diálogo com teóricos da área e tendo como fontes principais as informações catalogadas em trabalhos acadêmicos. Como resultados aponta-se o papel dos movimentos sociais para garantia da plena execução dessas ações, unida a mobilização de toda a escola e, como entraves, observa-se como pontos em comum o bullying, a discriminação e o discurso de ódio presente em sala de aula, sem ações concretas no interior da instituição para que essa realidade seja superada.

Palavras-chave: Políticas para a diversidade. Inclusão. Minorias.

ABSTRACT

Public policies for diversity are inclusive actions for the benefit of minorities. It is common in academic works to choose a social considered as excluded to be analyzed in detail. Thinking about this, we cataloged some dissertations defended in the line of research Educational Policies, PPGE / UFPB, that turn to the implementation of such actions. The following minority groups were subjected to analysis: people with disabilities, poor, black, indigenous and homosexuals. The main barriers and possibilities were analyzed in each of them, in fact, that there is an effective execution of actions for such groups. The public policies for diversity were analyzed here in dialogue with area theorists and having as main sources the information catalogued in academic works As a result the role of social movements is pointed out to guarantee the full implementation of these actions, together with the mobilization of the whole school and, as barriers, it is observed as common points of bullying, discrimination and hate speech present in the classroom, without Concrete actions within the institution for this reality to be overcome.

Key words: Policies for diversity. Inclusion. Minorities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A DIVERSIDADE: NOTAS CONTEXTUAIS	15
1.1 O que é uma política educacional para a diversidade? Notas conceituais	15
1.2 As políticas educacionais voltadas para a diversidade: práticas comuns em ambientes escolares.....	19
CAPÍTULO 2 - DIFICULDADES PARA UMA IMPLANTAÇÃO EFETIVA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA DIVERSIDADE	22
2.1 Notas introdutórias sobre as dificuldades retratadas.....	22
2.2 Definindo as principais dificuldades de concretização das Políticas Educacionais para a diversidade	24
2.3 Problemas gerados pelos entraves de concretização das Políticas Educacionais para a diversidade	26
CAPÍTULO 3 - PARA ALÉM DAS DIFICULDADES: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	27
3.1 Notas introdutórias sobre as experiências exitosas e superações no ambiente escolar	28
3.2 Definindo as principais ações exitosas: narrativas de superação das dificuldades em trabalhos acadêmicos	30
3.3 O que nos dizem as experiências exitosas? Pensando em possibilidades de aplicação para contextos diversos.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

O tema em questão foi escolhido mediante a atuação em sala de aula como professora de história na rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa, e a visão de adoção de políticas educacionais para a diversidade no âmbito escolar, como de caráter urgente, para garantir um ensino inclusivo e justo para todos. Contudo, conhecendo a realidade da sala de aula, construiu-se uma abordagem na qual se apresenta de maneira explícita as dificuldades de concretização de tais ações e as possíveis soluções para estes entraves.

Logo, refletir sobre políticas educacionais para a diversidade contribuirá para uma visão crítica do que tem sido construído nesta perspectiva no âmbito macro e micro na sociedade brasileira e no cotidiano escolar. Para tanto, foram analisadas as dissertações de: Sawana Lopes (2016), José Cleudo Gomes (2016), Galdino (2015), Soares (2010) e Douglas Lopes (2010) para dar consistência a este estudo e nos fazer elaborar questões pautadas nas políticas educacionais para a diversidade. Vale destacar que há nas dissertações de Douglas Lopes e de Sawana Lopes (2016) a possibilidade de se refletir sobre as questões étnico-raciais, há na dissertação de José Cleudo Gomes (2016) a oportunidade de refletir sobre o combate a homofobia e, por fim, na dissertação de Galdino (2015) a possibilidade de refletir sobre as pessoas com deficiência tal como a de Soares (2010) que está focada no efeito multiplicador da educação inclusiva na Bahia, pensando também em deficiência. Assim, conseguiu-se a partir destes trabalhos acadêmicos ter-se uma noção ampla da diversidade em sala de aula, pois cada uma delas traz à baila um grupo social específico que precisa com urgência ser contemplado no contexto escolar para que haja de fato um ensino inclusivo.

Diante disso, apresenta-se como questão chave a discussão sobre “**quais os caminhos para uma política educacional efetiva para a diversidade**”. O **objetivo geral** é o de compreender as principais dificuldades enfrentadas para a consolidação de políticas públicas, primando pela igualdade entre todos, sem deixar de dar relevo as experiências de sucesso presentes nas instituições escolares. Para tanto, tem-se como **objetivos específicos**: Analisar os principais entraves enfrentados na atualidade para se ter uma política voltada para a promoção de igualdade e, concomitantemente, refletir nas experiências satisfatórias existentes no âmbito

escolar que corroboram para uma cultura de paz voltada para o respeito a diversidade em seus mais diversos âmbitos.

Essa análise será de caráter exploratório buscando em dissertações e teses recentes de âmbito local refletir as dificuldades mais elucidadas pelos estudiosos da área de educação no que diz respeito a possibilidade de uma efetuação de um ensino igualitário e também sobre a existência de experiências exitosas que servirão de inspiração para outras realidades cujas adequações serão realizadas de acordo com as especificidades de cada escola.

De antemão, destaca-se que os trabalhos aqui enumerados apontam para sérias dificuldades que inviabilizam uma política educacional voltada para a diversidade, mas também apontam para possibilidades de execução. Cabe aqui uma discussão focada nas dificuldades e propostas para que se consiga pensar em quais caminhos garantirão esta política educacional para a diversidade.

Inserido na área de gestão escolar, o presente trabalho traz para a educação uma reflexão atual sobre as políticas públicas voltadas para a diversidade. Sendo assim, ele oportuniza uma reflexão apurada do que tem sido feito para se garantir a inclusão de todos no espaço escolar.

A reflexão aqui sugerida nos faz pensar tanto na realidade plural vivenciada na Escola que pode dizer respeito, por exemplo, a deficiência física, ao credo, a orientação sexual, a condição social e a etnia como também se torna viável conhecer ações que garantam o sentimento de pertencimento ao espaço escolar a partir de tais políticas públicas. Não é a toa que esse respeito está assegurado na própria Declaração dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. (Artigo 18, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

É respeitando essa liberdade de pensamento que se busca trazer aqui uma reflexão pautada no respeito as diferenças no universo escolar porque é nesta instituição que se tem possibilidade de se propagar a tolerância ao outro independente de suas escolhas ou condições. Logo, tal reflexão possibilita se pensar em

discriminações presentes no cotidiano escolar que fazem dele ofensivo e excludente no momento em que não é capaz de acolher as diferenças e de promover uma cultura de paz.

Não é à toa que para garantir um estudo aprofundado desta realidade se pensou em dois vieses, ou seja, as dificuldades enfrentadas em sala de aula e as experiências de sucesso presentes neste mesmo contexto que servirão de inspiração para outras realidades.

Assim, há neste trabalho a busca por refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo cotidiano escolar a partir da ausência de uma cultura de paz sem deixar de trazer ainda possibilidades de inclusão a partir de experiências catalogadas em dissertações e teses.

Essa análise tem **caráter exploratório**, buscando em dissertações e artigos refletir as dificuldades mais elucidadas pelos estudiosos da área de educação no que diz respeito a possibilidade de uma efetuação de um ensino igualitário e também sobre a existência de experiências satisfatórias que servirão de inspiração para outras realidades cujas adequações serão realizadas de acordo com as especificidades de cada escola.

Assim, propõe-se aqui uma **pesquisa bibliográfica** identificando as limitações existentes no ensino que dificultam a existência de uma política educacional para a diversidade. Serão escolhidos textos recentes que se preocupam em apresentar o cotidiano escolar com seus entraves e limitações.

Da mesma forma, em cada texto analisado também se buscará observar as propostas para um ensino igualitário com políticas educacionais voltadas para a diversidade.

Enfim, trata-se de uma pesquisa focada nas dificuldades existentes para se implantar políticas educacionais para a diversidade e nas possíveis soluções encontradas pelos autores mais recentes da área.

Há uma complexidade no termo pesquisa quantitativa e qualitativa que Mynaio (2004) tem estudado ao longo dos anos, garantindo uma reflexão profunda a este respeito. É certo que a pesquisa quantitativa está mais direcionada as ciências exatas pelo seu caráter descritivo e busca pela precisão dos dados.

Costuma-se pensar a pesquisa qualitativa para trabalhos que envolvem pesquisa de campo, mas é possível se fazer uma pesquisa neste viés trazendo uma

análise documental no momento em que se busca interpretar os dados de forma compreensiva e agregando novos elementos a catalogações realizadas.

Assim, far-se-á aqui uma **Pesquisa qualitativa** a partir de uma **análise documental**, focada nos últimos estudos sobre as Políticas Públicas voltadas para a diversidade. A abordagem é **interpretativa**, uma vez que se fará uma leitura crítica sobre os dados coletados nas dissertações e teses.

Apesar de não se tratar de pesquisa de campo, a análise de dados aqui realizada tem caráter qualitativo, por manter uma visão apurada sobre diversas pesquisas de campo já coletadas por outros estudiosos não se limitando ao caráter descritivo próprio da pesquisa quantitativa.

As dissertações dos últimos anos serão analisadas cuidadosamente a fim de se ter dados precisos sobre a realidade brasileira e consegue-se apresentar possíveis experiências que servirão de inspiração para outras realidades.

No capítulo inicial será observado os conceitos de políticas educacionais e de diversidade atentando-se para aquelas que foram discutidas nas dissertações selecionadas para o presente estudo. No segundo capítulo trar-se-á para o leitor as principais dificuldades mencionadas nas dissertações a fim de que conheçamos as limitações e os desafios de implantação de políticas para a diversidade nas Escolas. Enfim, no capítulo final serão analisadas as propostas de superação de tais entraves nas dissertações que servirão de modelo para aplicação em outras realidades no interior das escolas.

CAPÍTULO 1 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A DIVERSIDADE: NOTAS CONTEXTUAIS

O capítulo inicial está estruturado de forma que se consiga esclarecer ao leitor o que seria uma política educacional para a diversidade. Para tanto, foi fundamental o diálogo com autores que se voltam para a inclusão, gestão e respeito às diferenças que contribuíram com a consistência da análise desenvolvida, já que são conceitos que contribuem para a própria noção de diversidade.

Aqui também se aponta para os tipos de políticas educacionais para a diversidade presentes nas dissertações e teses selecionadas e os tipos de instrumentos metodológicos utilizados para estudá-las.

Enfim, apresenta-se ainda brevemente as principais dificuldades e possibilidade de aplicação destas políticas educacionais para a diversidade introduzindo aquilo que será discutido de maneira mais ampla nos capítulos posteriores.

1.1 O que é uma política educacional para a diversidade? Notas conceituais

A política em si pode ser considerada como “programa de ação, ou seja, está no sentido dos fins a serem alcançados por uma administração ou gestão” (NEY, 2008, p.17). As políticas de estado visam definir fins, a partir de objetivos estabelecidos, e os meios por intermédio do poder e dos recursos disponíveis para que a ação se torne realizável.

O Estado precisa atender as necessidades de seu povo e mediante as limitações de recurso cabe a ele priorizar as necessidades que precisam ser atendidas com urgência a partir de definições de políticas públicas para que estas se tornem concretas (NEY, 2008).

No que tange as pesquisas voltadas para as políticas educacionais há uma ênfase nos trabalhos sobre a elaboração de políticas, mas muitos deles não correlacionam com a implementação. As abordagens voltadas para esta temática têm um cunho mais descritivo e exploratório do que analítico e poucos trabalhos enfocam a presença de um ciclo da política. Quando os trabalhos se voltam para o ciclo da política é perceptível que a maioria está direcionado para questões genéricas e programas específicos e poucos se voltam para pesquisa etnográfica e observem o processo de implementação nas escolas e na sala de aula (MAINARDES, 2007).

Os trabalhos sobre políticas educacionais para diversidade aqui analisados têm um viés etnográfico e visam apresentar a implementação dessas ações viabilizando, a partir deles, a reflexão sobre as dificuldades do processo de implementação, bem como as propostas para que estas ações sejam satisfatórias.

Compreende-se como política educacional para a diversidade, uma política voltada para todos os grupos sociais e que traz uma atenção especial para as chamadas minorias. Essas políticas visam proporcionar um ambiente onde todos se sintam incluídos e, para isso, é fundamental a promoção do respeito as diferenças em todas as instituições escolares.

Por minorias compreende-se um grupo de pessoas que se encontram em uma situação de desvantagem ou de dependência em relação a um grupo majoritário (CHAVES, 1971). Assim, buscou-se, nos estudos recentes, diversas abordagens sobre políticas públicas capazes de contribuir com o cotidiano de tais grupos excluídos seja por questões étnico-raciais, sociais, deficiências ou por orientação sexual.

Para que se garanta uma análise profunda sobre tais grupos sociais cabe aqui uma apresentação da concepção que se adota do conceito de inclusão e que refletem, portanto, na necessidade atual de se garantir o respeito as diferenças no interior das escolas. Logo, faz-se fundamental também pensar no aparato legal que respalda tal discussão no contexto escolar.

Essa perspectiva inclusiva está contemplada pela própria Constituição federal de 1988 (CF/88) que afirma:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

(...)

IV – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A Constituição evidencia a necessidade de um ensino igualitário e também de um tratamento específico direcionado a pessoas com deficiência. Cabe, portanto, as instituições escolares tornarem isso viável a partir de políticas públicas de inclusão e voltadas para a diversidade.

A partir do amparo teórico metodológico de autores como Perrenoud (2001) e Amaro (2006), consegue-se perceber que as diferenças existentes em sala de aula

precisam ser vistas como possibilidades de inovação, e não de impedimento para a realização de um trabalho de qualidade.

Assim, as diferenças, na ótica de Amaro (2006), precisam ser valorizadas como possibilidades de estabelecimento de novas relações. Logo, refletindo para além deste respeito às diferenças, Amaro (2006) observa como é preciso, no caso específico das pessoas com deficiência, que haja a confiança de que estes são capazes de aprender.

É na confiança da capacidade dos alunos e na busca de recursos que garantam um ensino eficiente e que contemple a todos que se pode pensar na possibilidade de um cumprimento efetivo daquilo que está estabelecido pela CF/88. Sem isso, os alunos tendem a se sentir cada vez mais excluídos e sem nenhuma perspectiva inclusiva no momento em que não são pensados em estratégias que valorizem as suas peculiaridades.

Para tanto, cabe a toda escola, com base na visão de Perrenoud (2001), romper com a pedagogia da transmissão, comunicando-se com o aluno a partir de um estabelecimento de vínculo humano. Seus trabalhos escolares precisam ter sentido para que a aprendizagem tenha um caráter fecundo. Nesta perspectiva, para além do conteudismo, é papel dos professores, dos gestores, da equipe técnica da escola e demais funcionários garantirem o acolhimento aos discentes para que todos se sintam bem-vindos ao ambiente escolar. Situação que corrobora com aquilo que está assegurado pela própria LDB/96 ao trazer que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV- Respeito a liberdade e apreço a tolerância;
V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Cada item deste artigo promove uma reflexão profunda sobre o papel da Escola frente este respeito as diferenças e convida a todos a se mobilizar para garantir que haja igualdade de condições e respeito a pluralidade de ideias. Situação que, aparentemente, pode ser considerada utópica, mas que requer um amplo debate para que o aluno tenha este direito assegurado. É válido destacar dentre esses itens da

LDB/96, a gestão democrática, pois é no diálogo contínuo entre gestores, professores, funcionários e comunidade que se consegue promover um ambiente inclusivo cujo respeito as diferenças estejam presentes em todas as pessoas que convivam com os discentes. Mais que isso, é preciso ouvir as pessoas para que se tracem projetos com base no diálogo e na visão de todos como sendo iguais. Cada pessoa, pode pensar em novas possibilidades para que esta convivência seja salutar e humanizadora.

Tal envolvimento de todos nesta busca pela inclusão garantirá que os discentes passem a adquirir conhecimentos que vão além dos que são estudados em sala de aula, ou seja, que estejam diretamente interligados com as relações humanas. Sendo assim, compreende-se inclusão como:

[...] o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana-composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 1).

Essa compreensão de inclusão permite que o presente trabalho, ao tratar de diversidade, reflita sobre todas essas esferas garantindo que todos possam se sentir acolhidos no ambiente escolar por meio de políticas públicas que contemplem todas essas diferenças. Contudo, já que estamos analisando a realidade da escola e a eficácia destas políticas de inclusão cabe aqui considerar que:

Muito embora a legislação vigente e os documentos normativos estejam impulsionando, ou mesmo norteando a organização de sistemas educacionais inclusivos, é mister destacar que sem mudança de postura, que deve ser desenvolvida por todos os protagonistas que fazem parte da comunidade escolar, será quase impossível tornar tais políticas efetivas. Haja vista que não se trata de uma simples inserção de alunos com NEE nos sistemas regulares de ensino, mas sim, de uma reestruturação em relação à cultura, a prática e as políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos (VIOTO e VITALIANO, 2012, p.4).

Esse contexto é capaz de proporcionar uma reflexão pautada nas reais dificuldades enfrentadas em sala de aula para se garantir a inclusão efetiva de todos e, assim, ampliarmos o debate para que existam políticas públicas que garantam que estas ações sejam profícuas e efetiva, pois caso contrário não passarão de uma ilusão e de um mascaramento da realidade.

As dissertações ajudarão a pensar esta realidade, pois partem de um olhar etnográfico de contextos que convivem com as mais variadas dificuldades e que

refletem sobre as possibilidades de mudança e a efetivação de projetos já executados no contexto escolar.

É unânime entre tais estudiosos a afirmativa de que essa execução de políticas pública só é possível a partir de uma gestão democrática e do apoio de outras instâncias capazes de ter sensibilidade a esta realidade e, com isso, promover ações que sanem tais dificuldades enfrentadas diariamente pelos docentes em sala de aula.

Percebemos que uma gestão escolar comprometida com reais valores democráticos, cujas decisões partem sempre da reunião e cooperação dos envolvidos na instituição escolar, facilita, de certo, à escola assumir a função definitiva a que veio, ou seja, lutar pela transformação social, a fim de garantir mudanças de atitudes e valores discriminatórios, possibilitando aos indivíduos a construção de uma sociedade inclusiva, que almeja a educação de qualidade para todos (MATTOS, 2010, p.7)

Esse modelo de gestão nos oferece pistas de como é possível garantir uma política de respeito a diversidade que garanta que todos se sintam acolhidos no ambiente escolar e que disponham de recursos adequados para ser tratadas com igualdade conforme prevê a LDB/96.

Enfim, todas essas leituras nos provocam uma reflexão sobre as dificuldades existentes na concretização destas políticas públicas no espaço escolar e nas experiências que deram certo que foram alcançadas a partir de tais execuções e é sobre isso que discutir-se-á neste trabalho de conclusão de curso no momento em que dar-se-á uma noção geral ao leitor sobre o que trata cada dissertação analisada e o seu direcionamento a um grupo social específico.

1.2 As políticas educacionais voltadas para a diversidade: práticas comuns em ambientes escolares

Antes de se voltar para as dificuldades e possibilidades propriamente ditas, como foi proposto nos capítulos posteriores, destacar-se-á aqui os projetos analisados em cinco dissertações e as principais características da sua execução, a fim de observarmos quais as práticas comuns de políticas educacionais voltadas para a diversidade nos ambientes escolares.

As dissertações aqui estudadas foram defendidas no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB e foram escolhidas pensando nos diversos tipos de minorias presentes no âmbito escolar por elas abordadas. Assim, tais abordagens

serão capazes de nos trazer uma percepção daquilo que vem sendo desenvolvido na escola para a seguir termos a possibilidade de destacar as principais dificuldades observadas pelos estudiosos e propostas que servirão de exemplo para a execução em outros lugares com problemas similares.

O trabalho de Márcia Soares (2010) se volta para o polo da Bahia e apresenta as desigualdades socioeconômicas e a lógica neoliberal e globalizante como principal entrave na execução das políticas públicas. O projeto analisado está diretamente relacionado com o tema desta dissertação, pois se intitula como “Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade”. As intervenções aqui são vistas como dotadas de um efeito multiplicador. Assim, a execução em um determinado local serve de parâmetro para outra realidade como é sugerido pelo Ministério da Educação e Cultura.

Em seu estudo de caso, Márcia Soares (2010) se volta para o desempenho deste projeto nos municípios de Feira de Santana, Salvador, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras. Ela realiza entrevistas semiestruturadas e levantamento em documentos oficiais. O diário de pesquisa da autora leva a conhecer, através dos seus registros, as suas impressões sobre os locais visitados, a execução deste projeto, os recursos pedagógicos destinados a pessoa com deficiência e a estrutura física de cada local. Esse olhar minucioso nos dá noções sobre as principais peculiaridades dos locais adentrados pela autora e dificuldades para que haja um aproveitamento total daquilo que é almejado pelo Ministério da Educação e Cultura.

No nível superior também chama a atenção as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência na Universidade Federal da Paraíba que é alvo de discussão na dissertação de Ilder Galdino (2015). Este trabalho acadêmico fará refletir como os estudantes mesmo ao conseguirem adentrar a universidade pública permanecem com limitações que precisam ser destacadas, a fim de que se tenham amplas noções sobre a necessidade urgente de inclusão de todos em sala de aula para se garantir um mundo mais justo. Essas dificuldades fazem refletir inclusive sobre como há alunos que enfrentam dificuldades de concluir o ensino fundamental e médio mediante uma lógica excludente que perpassa a visão de mundo de alguns profissionais, familiares e também colegas de sala.

O estudo de Sawana Lopes (2016) tem como peculiaridade a análise de como e até que ponto os projetos políticos pedagógicos se voltam para as relações étnico-raciais. Na sua abordagem, a autora identifica a presença de uma escola empenhada na promoção do respeito a diversidade e a outra cujas ações são quase invisibilizadas

e que precisam ocupar um maior espaço nesta instituição. Logo, seu estudo está focado em outra forma de diversidade, quando comparado ao trabalho de Márcia Soares e de Ilder Galdino (2015). Todos eles, contudo, buscam tornar perceptível a necessidade de uma política ampla de inclusão no ambiente escolar. Novamente se oportuniza ao leitor conhecer na prática as dificuldades enfrentadas no contexto escolar que causam os entraves de tais ações tão almejadas pelos movimentos sociais.

Igualmente pautado nas relações étnico-raciais, o estudo desenvolvido por Dougllas Lopes (2016) tem seu diferencial por se voltar com exclusividade para a questão indígena e foca seus estudos em uma pesquisa de campo desenvolvida em uma Escola indígena no município de Marcação, pautado especialmente na aplicabilidade da lei 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Na sua pesquisa de campo, ele identifica o interesse das crianças nas aulas de tupi, mas apresenta como entrave a falta de compromisso por parte de alguns indígenas que são habilitados, mas que não cumprem o seu horário devidamente. Logo, cenas do cotidiano permitem o leitor conhecer não apenas os projetos e seu aparato legal, mas a aplicabilidade no contexto escolar, suas limitações e possibilidades de superação.

Permitindo uma visão ampla de tais políticas públicas no âmbito escolar, o autor José Cleudo Gomes (2016) se volta para a aplicabilidade do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa- PB. Gomes (2006) desenvolveu seu estudo pautado em análise documental de cartilhas, folders, relatórios e publicações e de entrevistas semiestruturadas com militantes das entidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros-LGBTT, assessores e coordenadores do projeto Brasil sem Homofobia. Logo, tal estudo permitirá que conheçamos a aplicabilidade de políticas públicas também voltadas para essas minorias trazendo uma dimensão mais abrangente daquilo que pode ser pensado para o ambiente escolar ser um espaço de inclusão e de afeto.

As dissertações aqui analisadas dão amplo sentido sobre o termo diversidade e para o significado da inclusão das minorias no âmbito escolar. Contudo, cabe nos próximos itens apresentar as principais dificuldades de aplicabilidade e também as possíveis formas de as superar.

CAPÍTULO 2 - DIFICULDADES PARA UMA IMPLANTAÇÃO EFETIVA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA DIVERSIDADE

Conhecer as dificuldades retratadas em dissertações que tem a perspectiva de promover o respeito a diversidade é oportunizar ao leitor uma atenção especial para a sua própria prática pedagógica. Sem tais noções fica inviável pensar em políticas concretas que melhorem o cotidiano escolar destes profissionais que precisam pensar no público que atendem e na sua complexidade e diversidade.

É interessante destacar ainda que há pontos discutidos nestas dissertações que se convergem e isso faz refletir como, independentemente do tipo de diversidade que se deparam nas escolas, elas tendem a ter traços em comum por causa da lógica excludente da sociedade capitalista. Logo, em uma lógica excludente, não se tem como necessidade e urgência contemplar as minorias, pois estes anseios parte dos movimentos sociais e dos que atentam para o cumprimento daquilo que está disposto na LDB/96 e da CF/88 dentre outros aparatos legais focados no respeito a diversidade étnica, como será visto em alguns trabalhos acadêmicos aqui elucidados.

Essa reflexão permitirá ainda que se discuta sobre os principais problemas enfrentados nas instituições escolares devido a essas limitações impostas pelo contexto sociocultural de tais grupos e, assim, se consiga observar quais as possibilidades de superá-las a partir de uma lógica humanizadora e inclusiva.

2.1 Notas introdutórias sobre as dificuldades retratadas

As dificuldades retratadas nos trabalhos acadêmicos inserem as políticas públicas voltadas para a diversidade em um contexto de exclusão social cujo capitalismo e sua política neoliberal sedimenta esta situação. Fazendo uma análise da inserção dessas práticas inclusivas em um contexto de exclusão corrobora-se com a leitura de Galdino (2015, p.107) sobre essas contradições sociais:

Mais uma vez, insere-se neste discurso o modelo econômico neoliberal, que caracterizado pelas ações voltadas à competitividade, à desigualdade e a exclusão, acaba por limitar as práticas inclusivas no âmbito educacional. Acrescenta-se a essas, a compreensão das pessoas acerca da deficiência que, como mencionado anteriormente, foi historicamente construída, o que leva tempo para que haja mudança de conceitos e atitudes por parte da sociedade.

Em uma lógica excludente, predomina-se o desrespeito as diferenças e uma rejeição completa ao que se considera como fora do padrão normal ou privilegiado da sociedade pelo lugar social que ocupa.

Observando as desigualdades presentes no cotidiano escolar chamam a atenção o caráter invisível, marginal e desvalorizado da diversidade da escola. Concomitantemente, é perceptível ainda a existência de práticas sociais discriminatórias relacionadas a gênero, sexualidades, classe social, orientação sexual na Escola e a necessidade de enfrentamento (ROCHA, 2012).

Pensar criticamente esta lógica excludente do cotidiano escolar abre espaço para uma possibilidade de formar cidadãos trabalhando com esta temática no momento em que destaca a diversidade nas práticas educativas e a necessidade do respeito ao outro na sua singularidade (ROCHA, 2012).

Fúlvia Rosemberg (2014) no seu artigo “*Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade*” faz refletir sobre essa realidade de exclusão no contexto brasileiro quando enfatiza a existência de segmentos sociais que buscam visibilidade, o perigo da segregação do outro e também para a maneira que o Brasil ainda é um país com extensas desigualdades. Tudo isso, faz com que se adquiram mais elementos para se refletir sobre o Brasil e suas peculiaridades e, assim, se tenha maior consistência para fazer uma problematização pautada nestas políticas educacionais para a diversidade.

Neste contexto, fogem do padrão da sociedade excludente que idealiza a figura do rico, branco e heterossexual, os deficientes, os negros, os índios e os homossexuais. Essas políticas públicas rompem com esta lógica e trazem para o contexto escolar o respeito as diferenças.

Contudo, mesmo diante desta busca incessante de se implementar políticas públicas pautadas na diversidade, o bullying é uma problemática enfrentada diariamente na escola cuja lógica excludente é fruto desses padrões sociais.

A utilização de projetos-piloto para disseminação de política pública de inclusão, ainda que através de propostas previamente testadas, baseia-se em países com realidades bem distintas à do Brasil, constituindo-se em modelos pensados fora do contexto local, e que por isso, não correspondem às expectativas e necessidades de um país acentuadamente marcado pela diversidade regional e cultural que caracteriza disparidades e desigualdades sociais de toda sorte (SOARES, 2010, p.18)

Essa visão de Soares (2010) faz observar como é relevante conhecer a realidade brasileira e local, pois só assim conseguiremos adequar os projetos as particularidades do contexto a ser aplicado. Sem a análise dessas principais dificuldades torna-se utópica a tentativa incessante de produzir ações que visem diminuir as desigualdades e as disparidades existentes no interior das escolas. A catalogação das dissertações permitirá que veremos no próximo item com maior destaque tais dificuldades enumeradas com base em pesquisas desenvolvidas em contextos diversos.

Cabe ao professor junto com a gestão e a comunidade escolar romper as barreiras da discriminação e sensibilizar a todos para que se construa uma cultura de paz. Para tanto, não se pode refletir sobre uma cultura de paz sem se estar a par de toda problemática vivenciada pelas minorias no sarcasmo dos seus colegas, na insensibilidade de alguns docentes ao ver um aluno com deficiência e na falta de compromisso com a mudança por parte de uma gestão autoritária que não pensa a escola como sendo de todos e que, portanto, deve contar com a participação de cada um.

2.2 Definindo as principais dificuldades de concretização das Políticas Educacionais para a diversidade

Ao catalogarmos as dissertações sobre políticas públicas educacionais para diversidade identifica-se dentre as principais dificuldades, as questões socioeconômicas como de cunho relevante nesta discussão. Também foi observado que a discriminação contra as minorias étnica e a homofobia como fatores preponderante nestas dificuldades vivenciadas. Tudo isso indica que o desrespeito e a intolerância perpassam essa lógica de pensamento. No caso específico de situações de homofobia percebe-se como:

O preconceito contra a população LGBT ainda é socialmente aceito e reproduzido em nossa sociedade, acontecendo de diversas formas, às vezes velado, com insinuações, desrespeitos e gestos obscenos e de maneira explícita: nas piadas, nos comentários aparentemente ingênuos, e até com violência verbal, psicológica e física (GOMES, 2016, p.17).

As brincadeiras, as piadas e os gestos obscenos apresentados por Gomes (2016) naturalizam um comportamento homofóbico para além dos muros da escola. A naturalização destas ações que se iniciam no seio escolar legitima práticas de

violência e de exclusão social para pessoas homossexuais. Tudo isso é preocupante, pois os jovens ao invés de serem acolhidos na escola do jeito que são independentemente de etnia e orientação sexual sofrem os primeiros efeitos da exclusão presentes na sociedade.

Quando se rompe com tal naturalização por sua vez tende-se a promover um mundo menos injusto em que todos merecem respeito e, assim, os jovens poderão passar tais valores para além da escola adotando um comportamento que atende ao que está previsto na CF/88 e, assim, respeitando o direito de outros cidadãos também.

É na escola que se precisa criar um ambiente acolhedor e preparado para que estes grupos sociais convivam com respeito e, assim, se consiga combater a discriminação e a violência tão presentes na sociedade brasileira. Essas agressões são refletidas por Gomes (2016) ao apontar como problemático os altos índices de homofobia e discriminação da sociedade.

Essa situação demonstra a necessidade de se introduzir na escola práticas que promovam o respeito as diferenças e que rompam com a naturalização do preconceito tão comum na sociedade. Para tanto, estas ações precisam de uma adequação a cada realidade, uma vez que a falta de um reajuste com a realidade local por parte dos projetos de inclusão dificulta o sucesso destas ações (SOARES, 2010).

Soares (2010) apesar de estar pensando em projetos de cunho nacional que se voltam para o contexto baiano sem as devidas adaptações, faz refletir como esta situação se aplica facilmente a outras realidades, pois são as especificidades de cada local que precisam ser repensadas a fim de garantir o êxito destas atividades e a inclusão plena.

É preciso, portanto, estarmos atentos as especificidades do contexto, o tipo de gestão e os recursos que dispõem determinada instituição escolar. Mais que isso, cabe aqui uma reflexão sobre o próprio público que é assistido por tais escolas em que se pretende implementar determinados projetos.

No que diz respeito as relações étnico-raciais, Sawana Lopes (2016) critica a omissão da obrigatoriedade de execução da lei 10639/2003 por parte de uma determinada escola. Corroborando com esta crítica, temos ainda a reflexão de Douglas Lopes (2016) ao refletir como: O indígena é reconhecido como seguimento historicamente prejudicado e esquecido, onde sua cultura foi e é massacrada pelos paradigmas modernos (LOPES, 2016, p. 50).

Logo, essas omissões nas instituições escolares prejudicam a perspectiva inclusiva que garante que a igualdade, tão enfatizada na CF/88, seja de fato executada independentemente do contexto social a ser aplicado. Essa situação não é diferente no contexto das pessoas com deficiência, pois estes são considerados como:

Sujeitos que por séculos permaneceram afastados da sociedade, sem usufruir dos bens sociais, educacionais e culturais, considerados incapazes de aprender e exercer um papel social, e que no contexto da inclusão passam a fazer parte da sociedade e da luta pelos direitos humanos e sociais (GALDINO, 2015, p.14).

A ausência de esforço por garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação e sejam tratadas com igualdade é uma das maiores dificuldades enfrentadas por este grupo. Professores despreparados, ausência de recursos e de debates que envolvam toda a escola sobre estes alunos são fatores que corroboram para esta exclusão do aluno que mesmo estando em uma sala de aula com pessoas ditas normais, não tem a assistência e adequação devida e dificilmente conseguem avançar em seus estudos.

Todas essas dificuldades relatadas fazem pensar nos problemas gerados pelos entraves na concretização das políticas educacionais para a diversidade que serão analisadas neste último item do capítulo 2.

2.3 Problemas gerados pelos entraves de concretização das Políticas Educacionais para a diversidade

Os danos causados pela falta de respeito as diferenças e a visão segregadora e excludente da política neoliberal capitalista são imensuráveis. A escola passa a ser tida pelas pessoas que sofrem esta exclusão como um ambiente hostil que ao invés de acolher oprime.

É neste contexto marcado por disparidades econômicas e desigualdades sociais, que o grupo constituído pelas pessoas com deficiência reivindica o direito a ter direitos e a participação social plena com equidade de condições, superando as antigas práticas baseadas na perpetuação de estigmas, preconceitos e discriminações (SOARES, 2010, p.25).

O bullying tão constante no cotidiano escolar também é outra forma de exclusão que tende a trazer sentimento de inferioridade e de ausência de aceitação por parte de alguns discentes. Todos esses grupos sociais mencionados como minorias sofrem com tal situação diariamente e tudo se inicia no ambiente escolar.

Enquanto isso, negros, índios, deficientes e homossexuais são sujeitos a situações de discriminação e de exclusão social em todos os ambientes que ele frequenta. Daí a necessidade em se refletir sobre as políticas educacionais para a diversidade, pois garantirão que estes grupos possam conviver em sociedade de forma igualitária e respeitosa. É sobre isso que se discutirá no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - PARA ALÉM DAS DIFICULDADES: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Após se apresentar as principais dificuldades de implantação das políticas educacionais para a diversidade no contexto escolar passa-se aqui a refletir sobre as possibilidades de sua execução de forma concreta.

As propostas expostas em cada dissertação farão pensar em possibilidades de aplicabilidade para outros contextos e, assim, fazer com que se reflita sobre as possibilidades de um ambiente inclusivo e respeitoso.

Enfim, a partir destes estudos abrir-se-á a possibilidade de uma reflexão profícua sobre o que de fato é possível aplicar em um contexto em que se vivencia problemas graves de naturalização de exclusão social, de discriminação e do bullying.

3.1 Notas introdutórias sobre as experiências exitosas e superações no ambiente escolar

É unânime nas dissertações analisadas a visão sobre o apoio dos movimentos sociais como fundamental no êxito das atividades desenvolvidas no interior das escolas. É tanto que Sawana Lopes (2016, p.53) destaca a importância deste papel dos movimentos sociais nestas práticas inclusivas ao afirmar que: “A inclusão das relações étnico-raciais no currículo vem se efetivando através dos movimentos sociais que reivindicam e contribuem para a garantia dos direitos sociais dos negros”.

A afirmativa de Sawana Lopes (2016) esclarece o caráter fundamental destes movimentos que exercem um papel decisivo nas políticas inclusivas a serem implantadas nas escolas. Deve-se, assim, observar que como possibilidades de execução conta-se com este suporte em defesa das minorias no momento em que a militância debate e sai em defesa dos grupos excluídos da sociedade.

Sobre isso, José Cleudo Gomes reconhece a relevância do movimento LGBT para o sucesso do Programa Brasil sem Homofobia. Logo, ele reforça a reflexão que se pauta na perspectiva da impossibilidade da execução destes projetos sem refletir sobre o apoio destes movimentos sociais na sua execução. Para ele, “O movimento LGBT se torna um espaço propício de fortalecimento do sentimento de pertença a uma comunidade, mas também é o espaço da participação” (LOPES, 2016, p.35)

É, portanto, a partir destas noções de pertencimento próprias da militância que se possibilita unir um conjunto de ideais que respaldam os interesses de um determinado grupo. É nestes grupos que se conseguem observar caminhos para a concretização de ações inclusivas.

Também são apontadas como de cunho relevante, o apoio da família, dos professores e dos colegas, a fim de que estas políticas públicas sejam concretizadas. Esta mobilização destacada por Galdino (2015) faz refletir que nada nas instituições

escolares conseguem êxito sem que haja esta articulação entre esses grupos, pois é isso que efetiva as ações sociais. Assim, “[...] a constatação da presença de um distúrbio de aprendizagem em sala de aula demanda um trabalho pedagógico adequado do professor e orientações à família do aluno” (RODRIGUES e REGO, 2008, p.33)

É neste contexto de mobilização de interesses que se pode pensar em inclusão do reconhecimento da diversidade cultural no contexto escolar e em inclusão nos Projetos Políticos Pedagógicos naquilo que é determinado pela lei. Assim, Dougllas Lopes (2016) reflete sobre as possibilidades de se promover uma identidade potiguar nas escolas no momento em que se consegue implantar a lei no cotidiano escolar.

De uma forma ampla, a própria Declaração de Salamanca reflete sobre a junção de interesses no momento em que elucida a importância de organizações governamentais, não governamentais, regionais e inter-regionais para conseguir o desenvolvimento de sistemas educacionais e escolas inclusivas (SOARES, 2010, p.18).

Fica evidente como o esforço conjunto é o que permite a execução de um bom trabalho. Sem esta mobilização não se consegue desenvolver uma educação inclusiva em sua plenitude. Sawana Lopes (2016) observa como é relevante que estes profissionais tenham uma leitura crítica da realidade para que eles possam construir e elaborar projetos políticos pedagógicos de caráter inclusivo.

É o engajamento de todos que poderá fazer com que se pense em ações de sucesso que superem tantas dificuldades já enumeradas neste trabalho. Quando se centraliza toda esta responsabilidade nas mãos de um gestor fere-se o princípio da gestão democrática igualmente previsto pela CF/88.

É no debate e na execução de um projeto de educação inclusiva que se consegue superar as barreiras da discriminação e da falta de recurso e de conhecimentos. Esse diálogo com a comunidade escolar gera reflexão sobre os efeitos de uma educação excludente que não pense nas minorias e, assim, se passe a repensar suas práticas se colocando no lugar do outro e promovendo uma cultura da paz.

No caso das pessoas com deficiência é preciso capacitar os professores e também os alunos para que eles compreendam exatamente as suas limitações e como se pode utilizar mecanismos que os alunos consigam interagir e aprender com maior facilidade.

Tais ações serão elucidadas com maior clareza no próximo item, pois se voltará diretamente para aquilo que está analisado nas dissertações e, assim, poder-se-á a partir destes dados repensar o cotidiano escolar de forma humanizada e inclusiva.

3.2 Definindo as principais ações exitosas: narrativas de superação das dificuldades em trabalhos acadêmicos

O papel dos movimentos sociais tem sido fundamental na promoção do respeito a diversidade na Escola. Porém, é preciso destacar aqui quais as ações estão sendo realizadas para gerarem impacto nas escolas.

O Movimento Negro Unificado tem buscado de forma incessante a concretização de suas ações na prática e mecanismos que permitam a aplicabilidade da lei 10639/2003 e da Resolução CNE/CP 2004 no interior das escolas. Uma solução concreta para que estas ações se tornem possíveis é destacado na própria Resolução em questão, pois destaca como se faz necessária a implantação das relações étnico-raciais nos currículos, na formação inicial, continuada e no material didático dos professores (LOPES, 2016).

Já José Cleudo Gomes (2016) aponta para a necessidade de dados concretos ressaltem a necessidade da execução de ações de combate a homofobia. Assim, ele observa que:

Para a entrada da homofobia na agenda pública foram importantes: diagnósticos, mapas de violências, estudos e pesquisas; que colaboram com a estruturação do problema e o levantamento de soluções possíveis que passaram a integrar ações, linhas, eixos e diretrizes de programas e planos, como o Brasil sem homofobia (GOMES,2016, p.26).

Tais dados demonstram como é preciso que se tenham comprovações para se construir uma ação de combate a homofobia. São eles que justificam tal temática estar em pauta nas escolas e esclarecem como aquilo que está sendo pensado é para garantir o respeito as diferenças.

Soares (2010), ao se voltar para o efeito multiplicador almejado pelas políticas educacionais para a diversidade, alerta para a urgência de se pensar no contexto das diversidades culturais, políticas, econômicas e culturais do país. É a partir deste olhar particular para a pluralidade cultura que se poderá atentar para a precariedade do

sistema de ensino e possibilidades de ações condizentes com a situação específica de cada local. Para ela:

A utilização de projetos-piloto para disseminação de política de inclusão, ainda que através de propostas previamente testadas, baseia-se em países com realidades bem distintas à do Brasil, constituindo-se em modelos pensados fora do contexto local e que, por isso, não correspondem as expectativas e necessidades de um país acentuadamente marcado pela diversidade regional e cultural que caracteriza disparidade e desigualdades de toda sorte (SOARES, 2010, p.19).

Sendo assim, antes de implementar tais ações é preciso pensar naquelas que se adequem a cada realidade. Sem esse levantamento prévio corre-se o risco de que sejam ineficientes por terem sido criadas pensando em outro contexto totalmente diferente.

As políticas de acessibilidade, a formação docente e os recursos pedagógicos são mecanismos que contribuem para aumentar uma política de inclusão das pessoas com deficiência. A família, os professores e os funcionários também precisam dar total apoio aos discentes para garantir o sucesso desta ação (GALDINO, 2015). É interessante que quando se conhece as dificuldades vivenciadas por estas pessoas, pode-se refletir sobre um meio de saná-las e, assim, garantir a efetivação de ações de cunho inclusivo. Os professores ocupam um lugar de destaque na vida destes discentes e para realizar um trabalho exitoso precisa:

[...] identificar e promover a realização de procedimentos pedagógicos capazes de levar à superação das dificuldades dos alunos em sala de aula, o professor precisa realizar com competência suas escolhas pedagógicas de métodos e abordagens educativas, adequadas a cada caso (RODRIGUES e REGO, 2008, p.34).

Essa mobilização de todos é compartilhada por Dougllas Lopes (2016) que, ao se voltar para as relações étnico-raciais, chama a atenção para a necessidade de inclusão da lei 11.645/2008 nos projetos políticos pedagógicos. Sem esse esforço coletivo não se conseguirá desenvolver tais ações nas instituições escolares e, assim, sem esse diálogo continua-se legitimando atitudes de discriminação com as minorias.

Como se pode observar, independentemente de que grupo social estar se direcionando, pode-se pensar em estratégias capazes de contribuir para que tais ações sejam executadas. A seguir, com base nestas propostas elucidadas pelos

autores, destacar-se-á possíveis soluções gerais que possam contemplar diversos grupos sociais.

3.3 O que nos dizem as experiências exitosas? Pensando em possibilidades de aplicação para contextos diversos

O esforço contínuo de cada pessoa que faz parte da escola e de toda a comunidade é o que garantirá o êxito dos diversos projetos a serem implantados que estão focados na diversidade. Em uma perspectiva freireana, pode-se considerar o diálogo como sendo fundamental no contexto escolar. Este diálogo, por sua vez, implica em “[...] uma intensidade maior da presença de famílias nas escolas, pode-se ir aumentando a conotação política daquela presença no sentido de abrir canais de participação democrática [...]” (FREIRE, 1992, p.10).

Para tanto, a partir de tantos estudos voltados para programas destinados a diversidade, fica perceptível a necessidade de uma adaptação a cada universo a ser aplicado para que se leve em consideração suas peculiaridades e dificuldades enfrentadas. Também se faz necessário um balanço das situações de discriminação na Escola e de bullying para que se execute uma ação com base nas necessidades da escola e os anseios da comunidade escolar.

Essa relação entre opressor e oprimido está relacionado com as relações étnico-raciais nos espaços escolares quando o oprimido luta para que haja a sua efetivação nas políticas educacionais. Portanto, precisa-se reconhecer que essa política deve reconhecer a igualdade entre as raças (LOPES, 2016, p.19).

Cabe as autoridades propiciar um ambiente favorável a execução de tais ações, pois sem um ambiente em que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade, que tenham recursos ao seu alcance e que existam políticas de acessibilidade, fica inviável a sua execução.

Neste contexto, fica também evidente a pressão dos movimentos sociais como sendo de caráter salutar para que as dificuldades sejam sanadas e que se busquem soluções conjuntas de superação a partir do diálogo com todos que fazem parte da escola e a comunidade escolar. Essa “luta dos movimentos sociais pela efetivação de um diálogo e pela implementação de uma educação antirracista é histórica (LOPES, 2016, p.86).

Enfim, cabe aqui a mobilização de todos para que essas políticas educacionais tenham êxito, o conhecimento prévio de cada dificuldade enfrentada e a particularidade de cada instituição escolar, os recursos necessários a execução dessas ações e a busca incessante por se aplicar nos projetos políticos pedagógicos aquilo que está disposto na lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais para a diversidade presentes nas dissertações e teses aqui analisadas possibilitam ao leitor um olhar abrangente sobre a implementação de ações, ao se direcionar a atenção para as dificuldades e propostas presentes neste processo de execução no ambiente escolar.

Refletir sobre as minorias é fundamental para garantir a igualdade entre todos, já prevista na CF/88 e na LDB/96. As políticas públicas são capazes de viabilizar que as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade adequada as suas condições e limitações.

A promoção do respeito as diferenças é uma pauta que vai além da macro política, pois precisa ser refletida no cotidiano escolar diariamente, a partir de um diálogo profundo sobre bullying, homofobia, educação especial e discriminação racial. Logo, os professores, funcionários e familiares precisam contribuir para o êxito da execução de políticas públicas, pautados neste respeito a todos de forma humanizadora e cidadã.

Foi unânime entre as dissertações esse apoio conjunto de todos para a possibilidade de êxito de tais políticas públicas. É um direito do cidadão ser respeitado no ambiente escolar e, para isso, pais, colegas, professores e gestores precisam compreender as suas particularidades e buscar melhorias para que o seu atendimento seja de excelência.

Acreditar na capacidade de superação do aluno e na implementação de políticas públicas permite o envolvimento de todos nestas ações e, assim, que seja possível a superação de todas as dificuldades presentes na discussão aqui realizada.

Teve-se a oportunidade aqui de observar diferentes temáticas relacionadas com a diversidade, pois estuda-se aqui políticas públicas voltadas para os homossexuais, os negros, os índios e pessoas com deficiência. Cada uma delas, teve

como elemento comum a presença de uma discriminação e de não execução daquilo que está estabelecido legalmente.

Comparar cada dissertação, pensando nas dificuldades enfrentadas, deu a oportunidade de se contemplar a visão discriminatória que ainda persiste no ambiente escolar e como essas ações ajudam a diminuí-las e a repensá-las em prol de um país mais justo.

Além disso, o estudo sobre a implantação de políticas educacionais e seus significados nos fez observar o seu sentido e as suas peculiaridades, destacando especialmente as minorias sem deixar de elucidar sobre a existência de outras ações, apesar de ver a execução de cada uma delas como prioritárias devido a urgência

A ideia de inclusão esteve presente em cada capítulo, a partir de um olhar mais amplo que não se restringe aos cuidados de implementar políticas educacionais voltadas para os alunos com deficiência, mas todos os alunos que diariamente sofrem algum tipo de exclusão.

Enfim, cada dissertação analisada permitiu que se conhecessem as dificuldades e as propostas de implantação de ações direcionadas a minoria, permitindo que pudessem refletir sobre o significado real do que são as políticas públicas para a diversidade no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARO, Deigles Giacomelli. **Educação Inclusiva, Aprendizagem e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista Ciências Sociais** v. 2, n. 1.p.149-168 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

GALDINO, Ilder Layanna Arruda de Souza. **As políticas de inclusão e as contribuições dos elementos educacionais marcantes para acesso de alunos com deficiência na UFPB**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE/UFPB, João Pessoa, 2015.

GOMES, José Cleudo. **Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise do programa Brasil sem homofobia**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE/UFPB, João Pessoa, 2016.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Políticas Educacionais, ações afirmativas e diversidade. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014.

LOPES, Sawana Araújo. **Relações étnico-raciais nas políticas educacionais e nos projetos políticos pedagógicos: desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE/UFPB, João Pessoa, 2016.

LOPES, Dougllas Pierre Justino da Silva. **A lei 11.645/2008 e a inclusão obrigatória da História e Cultura Indígena no currículo oficial: emergências e ausências no município de Marcação**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE/UFPB, João Pessoa, 2016.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MYNAIO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOEHLECKE, SABRINA. *As políticas de diversidade na educação no governo Lula*. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009 Cadernos de Pesquisa, v.39, n.137, p.461-487, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf>>. Acesso em 10/05/2017.

NEY, Antonio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008

PERRENOUD, Phillippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16.

ROCHA. Késia dos Anjos. **Da política educacional à política da escola**: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação). UNESP: Marília, 2012

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; REGO, Rogério de Gaudêncio. Dificuldades de aprendizagem: um desafio para a ação pedagógica em sala de aula. IN: SOUSA Júnior, Luís de; ALVES, Adelaide. **Políticas públicas e práticas educativas**. UFPB: João Pessoa, 2005. P. 31-42

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação infantil e relações raciais**: a tensão entre igualdade e diversidade. *Cadernos de Pesquisa*.v.4. n. 153, Jul/set, 2014

SOARES, Márcia Torres Neri. **Programa Educação inclusiva direito à diversidade**: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação de políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE/UFPB, João Pessoa, 2010.

UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância**, aprovada na 28ª reunião da Conferência Geral da Unesco em Paris, em 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>. Acesso em 13/05/2015.